

Um ano excepcional para a agricultura brasileira

Neri Geller¹

A agricultura brasileira viveu em 2017 um ano excepcional, graças a uma conjunção de fatores positivos que consolidaram nosso país como um dos mais importantes players do mercado global. Tivemos condições climáticas favoráveis, que, aliadas à competência do agricultor brasileiro, resultaram numa supersafra, superior a 238 milhões de toneladas de grãos, em que foi firme a presença do governo federal para garantir, por meio do Plano Agrícola e Pecuário, os instrumentos necessários para a tranquilidade e a segurança do produtor. O resultado foi que mais uma vez o setor desempenhou papel fundamental para a redução da inflação e, conseqüentemente, para a retomada do crescimento econômico.

Para a safra 2017/2018, foram disponibilizados R\$ 188,3 bilhões para o crédito rural, nas operações de plantio, comercialização e custeio; R\$ 550 milhões para o seguro rural e R\$ 1,4 bilhão para apoiar a comercialização da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Para acompanhar o crescimento contínuo da produção agrícola, também estão garantidos recursos para investimentos em armazenagem, de R\$ 1,6 bilhão. Nesta temporada, os cereais foram beneficiados no plano. O Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) tem juros de 7,5% ao ano e conta com 12% a mais de recursos, num total de R\$

21,7 bilhões, sendo R\$ 18 bilhões para custeio e R\$ 3,7 bilhões para investimentos.

Já no programa de Inovação Tecnológica (Inovagro) há uma linha de crédito para apoiar o uso da conectividade no campo. Isso contribuirá para melhorar ainda mais a gestão das propriedades rurais, por meio da informatização e do acesso à Internet. A inovação tecnológica é um dos principais fatores para alavancar a produtividade agrícola. O Inovagro conta com

R\$ 1,26 bilhão, com limite de R\$ 1,1 milhão por produtor. O programa financia, por exemplo, equipamentos de agricultura de precisão.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), por sua vez, passa a contar com R\$ 9,2 bilhões, incremento de 82,2%. A compra de máquinas e implementos agrícolas terá o limite de 90% do valor financiado, com prazo de pagamento de 7 anos. O limite de financiamento de custeio é de R\$ 3 milhões por produtor, por ano-agrícola. Para o médio produtor, o limite é de R\$ 1,5 milhão. O prazo de pagamento é de 14 meses para produtores de grãos.

Comercialização

Com a grande produção de milho deste ano, de quase 100 milhões de toneladas da

[...] condições climáticas favoráveis, aliadas à competência do agricultor brasileiro, resultaram numa supersafra.

¹ Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

primeira e da segunda safra, houve queda acentuada dos preços. Para evitar prejuízos e garantir o preço mínimo ao produtor, principalmente do Centro-Oeste, região de maior produção do cereal, o Ministério recorreu aos leilões de contratos de opção, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com os leilões, o produtor teve a alternativa de vender milho das safras 2016/2017 e 2017 para o governo, em 15 de setembro, ao preço de R\$ 17,87 a saca de 60 kg. Ao todo, foram realizados cinco leilões de contratos de opção em maio e junho deste ano, nos quais o governo sinalizou com a compra de 999 mil toneladas de milho e recursos de R\$ 297,5 milhões. Todos os contratos foram comercializados. Em setembro, data do exercício, os adquirentes optaram por vender um total de 859.572 toneladas para a Conab. Além dos Contratos de Opção, fizemos também operações de subvenção por meio do Prêmio para o Escoamento (PEP), voltado para a indústria, e do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro), destravando negociações, dando fluxo à comercialização e garantindo a rentabilidade do produtor rural do Centro-Oeste. Desde abril, foram realizados 17 leilões de PEP e 17 de Pepro. O total ofertado para o PEP foi para 3,95 milhões de toneladas, em que 1,93 milhão de toneladas foram negociadas. Já para o Pepro, a quantidade total ofertada foi de 10 milhões de toneladas, com apoio negociado para 7,29 milhões de toneladas. No total, o governo federal destinou R\$ 796,77 milhões para os mecanismos de sustentação de preços para o milho, correspondentes a 10,7 milhões de toneladas.

Também para a cultura do trigo acionamos os mecanismos de PEP e Pepro, destinando respectivamente R\$ 3,38 milhões para 18 mil toneladas e R\$ 87 milhões para 453,1 mil toneladas. No total, foram aplicados R\$ 90,46 milhões para 471,1 mil toneladas do cereal nos três estados da Região Sul.

Seguro rural

O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) também tem prioridade estratégica no âmbito do governo federal, sendo um dos pilares da política agrícola brasileira. Em 2017, visando dar maior transparência aos números do programa, publicamos documento com informações detalhadas sobre as indenizações pagas pelas seguradoras, de 2006 a 2015. Foram atendidos cerca de 420 mil produtores rurais, o que possibilitou a proteção de mais de 52 milhões de hectares, sobretudo nas culturas de soja, trigo, milho, maçã e uva. Ao longo da primeira década do programa, as indenizações pagas por causa de eventos climáticos adversos totalizaram R\$ 3,9 bilhões, o equivalente a mais de 75 mil apólices de seguro rural. Os dados são apresentados na forma de indicadores relacionados aos pagamentos, como o índice de sinistralidade e a taxa de risco observado. A análise da sinistralidade foi feita como um todo e também para as regiões e por atividades de maior relevância dentro do programa.

Também estamos desenvolvendo um sistema eletrônico que permitirá ao produtor solicitar a subvenção federal para aquisição de seguro rural diretamente ao Ministério, tendo como objetivo conferir acesso direto do produtor rural à subvenção federal; possibilitar ao produtor conhecer e escolher melhor as condições das apólices; permitir ao Ministério mensurar a demanda dos produtores por seguro rural e otimizar a alocação de recurso federal, além de possibilitar a constituição de uma base de dados consistente sobre usuários de seguro rural, que permita a realização de estudos técnicos para o aprimoramento constante das políticas de gestão de risco rural. Até o fim do ano foram aplicados aproximadamente R\$ 371,4 milhões em subvenção federal, mais de 90% do orçamento previsto, mesmo diante da situação de restrição orçamentária. E o mais importante: todos os pagamentos estão em dia, dando mais credibilidade ao programa.

Zoneamento

Avançamos ainda na questão do Zoneamento Agrícola, cujo objetivo é identificar e dimensionar os riscos climáticos inerentes à atividade, orientando o produtor rural quanto às datas mais adequadas para a semeadura de sua lavoura e às cultivares adaptadas e registradas para cada região de cultivo, no intuito de minimizar a exposição do produtor ao risco climático e reduzir, assim, as perdas decorrentes de eventos adversos e, conseqüentemente, garantir a sustentabilidade da atividade agrícola.

Os estudos de zoneamento agrícola de risco climático (Zarc) contemplam o total de 45 culturas, sendo 20 de ciclo anual – abacaxi, algodão, amendoim, arroz, aveia, canola, cevada, feijão phaseolus, feijão caupi, gergelim, girassol, mamona, mandioca, melancia, milheto, milho, consórcio entre milho e braquiária, soja, sorgo e trigo) e 25 culturas permanentes – açaí, ameixa, banana, cacau, café, caju, cana, citros, coco, dendê, goiaba, maçã, mamão, manga, maracujá, nectarina, oliva, palma forrageira, pêra, pêssego, pimenta-do-reino, pupunha, seringueira, sisal e uva –, distribuídas em 26 Unidades da Federação. Até o fim de 2017 foram publicadas 252 portarias de zoneamento, identificando os municípios aptos ao plantio e seus respectivos períodos de semeadura, com menor risco climático para os cultivos. Neste ano houve aumento da quantidade de estados zoneados, o que induz o desenvolvimento da cadeia do agronegócio.

Infraestrutura e logística

O escoamento de toda a produção agrícola, sobretudo a do Centro-Oeste, é outra questão que esteve na ordem do dia. A inversão do rumo logístico de boa parte da exportação brasileira de soja e milho e a expansão da capacidade dos corredores de exportação do Arco Norte, consti-

tuído pelos portos das regiões Norte e Nordeste, são o resultado do êxito de empreendimentos privados, implantados com o apoio do governo federal.

Em 2017 a exportação por esses portos deverá totalizar o volume de 26 milhões de toneladas embarcadas para o exterior, representando 24% da exportação nacional. O Arco Norte já tem capacidade de embarque de 40 milhões de toneladas de grãos agrícolas por ano, número que deverá ser ampliado, de acordo com as demandas da produção.

Por esse vetor logístico, os custos de movimentação se situam bem abaixo daqueles registrados pelos portos do Sul/Sudeste, considerando o Município mato-grossense de Sorriso como ponto de referência. Isso confere ao produtor rural a oportunidade de ampliar sua receita, pela economia obtida na cadeia logística, com reflexos positivos no desenvolvimento regional, na ampliação das áreas produtivas e na geração de emprego e renda.

Com os avanços alcançados, o custo médio da logística de movimentação para os portos do Pará e do Amapá pode sofrer redução de US\$ 50 por tonelada transportada da fazenda ao porto, o que resulta em maior apropriação de receita pelos produtores e, conseqüentemente, maior desenvolvimento regional e geração de emprego e renda.

A equalização da matriz brasileira de transportes deve ser alcançada com o incremento do modal ferroviário e o aproveitamento dos rios potencialmente navegáveis, como já ocorre nos rios Madeira e Tapajós, e, em médio espaço de tempo, no Tocantins. Isso deverá reduzir a dependência pelo modal rodoviário, com o incremento daqueles de melhor performance para grandes volumes e maiores distâncias, acenando com boas perspectivas para o transporte de cargas nos próximos anos.

A equalização da matriz brasileira de transportes deve ser alcançada com o incremento do modal ferroviário e o aproveitamento dos rios potencialmente navegáveis

A melhoria das nossas condições de logística e infraestrutura, com o término das obras da BR 163, é condição imprescindível para o escoamento da nossa produção, e isso vai contribuir certamente para que possamos ampliar nossas exportações. Neste ano, aliás, já atingimos recordes, uma vez que de janeiro a novembro aumentamos em 13% nossas vendas ao exterior em comparação com 2016. Exportamos 65,8 milhões de toneladas de soja e 25,2 milhões de toneladas de milho.

Controle da inflação

O conjunto de políticas adotadas pelo Ministério, com apoio de toda a equipe econômica do governo federal, mostra que o investimento no agronegócio garante retorno à sociedade, pois se traduz em maior produção de alimentos e matérias-primas e, conseqüentemente, no controle da inflação e na redução dos preços ao consumidor final. Neste ano, a queda dos preços dos alimentos foi a maior em 40 anos. A queda da taxa de juros no fim de 2017 também

foi consequência da grande safra agrícola do País e pode ajudar na retomada do crescimento econômico e na economia dos gastos públicos com os juros da dívida nacional.

Temos certeza que na próxima safra a agricultura continuará dando sua contribuição. E a despeito da previsão de menor produção de grãos por conta do clima, o agricultor continua apostando e pelo 8º ano seguido vai aumentar a área plantada com grãos no País. Vamos ter 61,5 milhões de hectares de lavouras e produção estimada em 226,5 milhões de toneladas. Mas se o clima ajudar novamente, o número pode ser maior. Soja e milho continuam sendo os carro-chefes da produção de grãos e, de acordo com o último levantamento da safra feito pela Conab em 2017, poderemos ter a produção de 109,2 milhões de toneladas de soja e de 92,2 milhões de toneladas de milho.

É o agronegócio impulsionando a economia brasileira, trazendo divisas para o País, produzindo alimentos mais baratos, contribuindo para o controle da inflação e gerando novos postos de trabalho. É o Brasil que dá certo.